



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSOR

FERNANDA DA COSTA GUIMARÃES CARVALHO; ELISABETH DONISETTE DE
GOIS SENA

RESUMO

Percebemos que, muitas escolas ainda mantem uma rotina de trabalho mais voltada para o aprimoramento de uma tecnologia disciplinar do que para o aprimoramento das práticas pedagógicas dialógicas, o que nos levou as atividades de extensão realizadas junto aos professores do Ensino o Fundamental, Médio e Profissionalizante, e tivemos o aporte do intercâmbio de experiências pedagógicas e sociais promovendo a crítica necessária às práticas pedagógicas e sociais vivenciadas e às possíveis inovações, que poderiam ser feitas, nos diferentes contextos de aprendizagem. O objetivo desse artigo é relatar as ações de extensão vivenciadas no projeto “Integrando Escola, Comunidade e Universidade” que teve como finalidade fomentar a formação permanente de professores em serviço a partir de ações pedagógicas, sociais, práticas dialógicas e reflexivas no cotidiano da escola, da comunidade, da sociedade, favorecendo uma nova dinâmica no ensino e aprendizagem. Nossa proposta metodológica foi a participativa e o debate crítico, por nos permitirem o estímulo à cooperação, ao comprometimento e à solidariedade, permeada de grandes ideias e sugestões. Nossos principais resultados foram, a organização e vivência de Seminários, para alunos, gestores, professores, educadores populares e para os integrantes do movimento social. Acreditamos que, as ações de extensão nos proporcionam reflexões significativas sobre a educação, sobre as práticas sociais e sobre os elementos da vida em sociedade favorecendo assim o entendimento de diversos conceitos e aprimorando as práticas educacionais nas instituições, foi notório os resultados positivos com as interações entre todos os sujeitos envolvidos nesse processo, e que sempre esperavam por mais seminários para desenvolverem suas atividades junto aos seus estudantes.

Palavras-Chave: Educação, Extensão Universitária, Formação de Professor, Educação Pública, Qualidade de Ensino.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é apresentar as ações desenvolvidas no projeto de extensão denominado: “Integrando Escola, Comunidade e Universidade”, que foi vivenciado em 2021 (de modo remoto) e 2022 (de modo presencial), em escolas públicas e junto ao movimento social. O projeto, teve como principal objetivo motivar a formação de professores em serviço, no espaço escola e incentivar leituras, estudos e aprofundamento a propósito das práticas pedagógicas e sociais vivenciadas em salas de aula e nos espaços sociais, a partir da problematização das identidades dos educandos.

Nossos principais referenciais teóricos foram Freire (1990), Perrenoud (2000), Aguiar (2015) e Moura (2017). Destacamos, todavia, Freire (1990) quando versava sobre a necessidade de se repensar as bases metodológicas e as teorias da educação e da aprendizagem para percebermos as especificidades existentes no cotidiano da sala de aula em sua epistemologia. O autor em questão interrogava a pedagogia e a docência para que se contrapusessem em relação à linearidade do pensar e do fazer pedagógico.

Nesse sentido, optamos por uma proposta metodológica participativa e o debate

crítico, promovendo encontros, reuniões de organização e de planejamentos para a produção e para a vivência dos Seminários e de Cursos no Centro de Educação da UFPE; nas Escola Municipal, Estaduais da Região Metropolitana do Recife e Institutos Federais de Abreu e Lima, Paulista e Caruaru.

Durante as atividades de extensão realizadas junto aos professores do Ensino o Fundamental, Médio e Profissionalizante foi oportunizado o intercâmbio de experiências pedagógicas e sociais promovendo a crítica necessária às práticas pedagógicas e sociais vivenciadas e às possíveis inovações, que poderiam ser feitas, nos diferentes contextos de aprendizagem. Sabemos que, a escola é um dos primeiros espaços de experimentação dos valores e dos sentimentos humanos, sendo um dos poucos lugares dentro do espaço societário para a socialização e multiplicação de conhecimentos.

Dessa forma, urge superar os problemas ainda existentes, uma vez que estudos e pesquisas acadêmicas realizadas nos anos 2000 apontavam para uma escola pública com dificuldades em fazer valer o direito à educação pública e de qualidade. Uma escola pública que falhava em sua tarefa básica de alfabetizar os filhos da classe trabalhadora. Acreditamos que, muitas escolas ainda implementam uma rotina de trabalho mais voltada para o aprimoramento de uma tecnologia disciplinar do que para o aprimoramento das práticas pedagógicas dialógicas. Assim, terminam excluindo, precocemente, os alunos do seu interior, através de um mecanismo de rejeição que opera duplamente: a escola não aceita os alunos como eles são e os alunos não aceitam as escolas, pela maneira com a qual elas funcionam.

O intercâmbio pedagógico que vivenciamos, a partir dos Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógicos, poderá motivar a construção coletiva das regras de convivência no ambiente escolar de maneira democrática e participativa. Envolvendo professores e os alunos, não somente na construção do cotidiano da escola, como também no projeto de ensino e aprendizagem. Toda essa mudança de atitude poderá inaugurar novas práticas pedagógicas, propondo também novas formas de integração entre professores e os alunos e o ambiente escolar, principalmente após dois anos de pandemia do novo corona vírus que agravou ainda mais o comprometimento do aprendizado no cotidiano escolar. Dados estatísticos alertam para o número de 650 mil alunos que abandonaram os estudos nos últimos 3 anos, vejamos o que nos informa o Relatório do UNICEF em 2021:

Foram cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à educação. A quantidade de alunos, com idades entre 6 e 17 anos, que abandonaram as instituições de ensino foi de 1,38 milhão, o que representa 3,8% dos estudantes. A taxa é superior à média nacional de 2019, quando ficou em 2%, segundo dados da Pnad Contínua. Somado a isso está a situação de 4,12 milhões de alunos (11,2%) que, apesar de matriculados e sem estar em período de férias, não receberam nenhuma atividade escolar, resultado do ensino pautado pelas aulas online

Na década de 1990, foi reforçada a obrigatoriedade da elaboração do projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, veio se acentuando, na década presente, a necessidade de propor ações inovadoras na gestão da escola e na gestão da sala de aula. Brandão (2015) nos remete à importância do educador refletir sobre o processo educacional, sobre as práticas pedagógicas e sobre a política e a gestão da escola. A participação de todos os sujeitos é uma condição para elaboração do projeto político-pedagógico escolar. Participar do processo de aprendizagem é uma forma de superar as condições de dominação, ou seja, quanto maior o nível de participação, maior o êxito do trabalho e maior o exercício da cidadania.

Nunca é demais lembrar que a democratização da escola não se reduz à institucionalização de eleição para o cargo de gestor. Vejamos o que nos informa Fernandes (1986), a propósito da participação da população na gestão da sociedade, das instituições sociais e educacionais:

Não existe normalidade das coisas para os excluídos, para os que participam da mesa, graças aos proventos do trabalho livre. Para eles, a normalidade das coisas está em aberto e só poderá surgir, por suas próprias mãos. Não é uma normalidade das coisas que passe pela ordem existente, pois a ordem existente se esqueceu, deles, de Deus, da Civilização, da Paz Social e de tudo mais (FERNANDES, 1986, p. 57).

O autor em questão nos remete a pensar que a democracia é uma realidade histórica a ser construída. Assim, é relevante que cada vez mais na sociedade e na escola, sejam criadas relações de trabalho calcadas na colaboração recíproca, fundadas no diálogo e no intercâmbio de experiências, e não apenas na imposição. Azevedo (2001, p. 40) destaca que: “torna-se cada vez mais nebuloso o arco das forças e interesses que o Estado passa a representar”. É fato que para ultrapassar os obstáculos criados pelo Estado e pelo próprio sistema produtivo é imprescindível que a escola seja detentora de um mínimo de saber, de poder de decisão, que possa ser compartilhado com seus usuários de maneira mais efetiva e democrática.

Para Basto (2005, p. 20), “a gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública”. E acrescenta: “a gestão democrática deve ser incluída entre as práticas sociais que podem contribuir para consciência democrática e a participação popular” (BASTO, 2005, p. 22). Nesse sentido, compreendemos a gestão compartilhada e participativa enquanto um instrumento significativo para a garantia do direito ao ensino público de qualidade e para o fortalecimento da cidadania. Foi para motivar cada vez mais as práticas cidadãs e dialógicas no espaço escolar, que vivenciamos os Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógico de modo presencial em 2019 e de forma remota em 2020, tendo como principal objetivo o intercâmbio de experiências a partir de práticas democráticas. Sendo assim, Paro (1995) acrescenta que a administração escolar deve atender, verdadeiramente, aos interesses da classe trabalhadora. Isso implica a permanente reflexão e questionamento, não apenas em torno dos objetivos mais amplos, mas também de todas as metas e ações intermediárias que servem para tais objetivos. O autor a pouco referido, destaca que “pensar nos interesses da classe trabalhadora é lembrar que a escola está em contato com eles não como entidades abstratas, mas, concretamente, através dos pais e alunos que compõem a comunidade à qual ela serve” (PARO, 1995, p. 55).

Podemos salientar que, o trabalho de intercâmbio de experiências pedagógicas os quais foram vivenciados a partir dos Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógico, favoreceram a formação permanente de professores dentro do espaço escolar. Observemos o que nos diz Gramsci (1981) a esse propósito:

Criar uma nova cultura, não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1981, p. 13).

Destacamos que, a escola deveria oportunizar a construção das competências necessárias para enfrentar uma correlação de forças desiguais que vêm se explicitando a cada momento, na sociedade brasileira, ora pela imposição de processos e técnicas de gestão, ora pelo controle do conhecimento na escola, ora pelo arrocho salarial dos professores e funcionários, ora pelo sucateamento dos equipamentos da escola e pelo confisco do direito à formação continuada no local de trabalho.

Para Garcia (2000), a escola deve criar competências que vão além do ensinar. As novas competências impelem que o educador conheça sua realidade e a de seus alunos ainda mais, valorizando e incentivando o intercâmbio de experiências cognitivas, pedagógicas, culturais e administrativas. Assim, é importante a criação de canais institucionais capazes de

viabilizar essa participação.

Os Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógicos poderão, ainda, contribuir com a participação orgânica dos indivíduos no cotidiano da sala de aula, na escola e com o engajamento social. Principalmente, se compreendermos que tal forma de ação poderá fortalecer a participação crítica, o exercício da cidadania e a interação do indivíduo com a realidade, com a comunidade e com a instituição.

A ideia de juntar a pesquisa, o ensino e a extensão nos possibilitou o intercâmbio de experiências necessárias para a construção de ações inovadoras, podendo, ainda, favorecer a construção das estruturas participativas, no cotidiano da escola pública. À vista disso, partimos do princípio de que o sujeito aprende quando ele se envolve ativamente no processo de produção de conhecimento.

Nossos principais objetivos foram: Oportunizar Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógico junto a professores e alunos das Redes Municipal, Estadual e Instituto Federal de Pernambuco - Paulista – PE; Fomentar, a partir dos Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógico junto a professores e alunos das Redes Municipal, Estadual e Federal de Ensino, práticas dialógicas e reflexivas no cotidiano da escola e da sala de aula, a partir da problematização das identidades dos educandos; incentivar práticas pedagógicas, online e presenciais voltadas para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem em escolas públicas estaduais, municipais e Instituto Federal de Paulista e sistematizar e divulgar os resultados da experiência de extensão vivenciadas nesse Projeto.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Tendo em vista a necessidade de fomentar alguns temas emergenciais ligados a educação e a prática pedagógica em tempos de pandemia e após a pandemia, propomos Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógicos, online e presenciais, com o objetivo de oportunizar o trabalho coletivo, participativo e as práticas dialógicas e reflexivas no cotidiano das escolas, a partir da problematização da realidade e das identidades dos docentes e discentes.

Para iniciar nossa ação de extensão, vivenciamos nosso planejamento coletivo junto a equipe de execução (professores e alunos da UFPE e das escolas públicas, estaduais, municipais e Instituto Federal de Pernambuco envolvidos nos Seminários). Ao longo da construção do planejamento, definimos as temáticas que foram abordadas nos Seminários. É relevante salientar, que os alunos da graduação e da pós graduação da UFPE, participaram da equipe de execução e do planejamento dos seminários junto aos docentes da UFPE e das escolas municipais e estaduais envolvidos na ação. Destacamos, ainda, que foi a partir das estratégias metodológicas participativas, voltadas para o trabalho coletivo e o debate crítico, que motivamos a construção do projeto de extensão em tela, neste resumo expandido. Vejamos o que nos diz Thiollent, M. (1986 p. 108) a esse respeito :

Dentre as questões metodológicas que se relacionam com a organização de modelos e quadros de referência de extensão, incluem-se as metodologias participativas, na perspectiva de que suas concepções e procedimentos possibilitam transformar ideias em realidade, sendo apontadas para planejamento, elaboração, desenvolvimento e avaliação de atividades de extensão.

Nesse sentido, a escolha da metodologia participativa pode ser justificada por permitir o estímulo à cooperação, o comprometimento, à solidariedade entre professores, gestores e alunos.

Propomos durante o planejamento e organização da ação, enquanto professores e alunos das Licenciaturas diversas da UFPE, textos para o aprofundamento das temáticas que

seriam abordadas nos Seminário. Salientamos que, a partir da metodologia participativa, voltadas para o trabalho coletivo e para o debate crítico, durante o planejamento da ação e a vivência dos Seminários de Aperfeiçoamento Pedagógico, estimulamos a construção da argumentação, oportunizando leituras de textos referentes as práticas educacionais reflexivas e dialógicas, as Políticas Educacionais, as questões étnico-raciais e também relacionados aos fundamentos da educação dialógica e das práticas pedagógicas reflexivas, colegiadas e democráticas no espaço escolar.

Destacamos, ainda, que a proposta de debate crítico tem sido apontada como modelo de argumentação mais consistente com os propósitos da sala de aula, com os propósitos sociais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante todo o processo que ainda está sendo vivenciado realizamos 05 reuniões de estudos e planejamento junto a equipe de execução do projeto; 05 Seminários Temáticos entre os alunos do Ensino Médio, Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos; cinco (05) Seminários de Aperfeiçoamento junto aos professores, nas escolas públicas da região metropolitana do Recife, envolvidas na ação, 01 Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico sobre o Legado de Paulo Freire e 10 Lives com a temática da Educação Popular.

4 CONCLUSÃO

Acreditamos que, as ações de extensão nos proporcionam reflexões significativas sobre a educação, sobre as práticas sociais e sobre os elementos da vida em sociedade. Para Freire (1990), a metodologia aplicada em sala de aula e nos movimentos sociais devem estar conectadas a realidade social, às experiências de vida e, por isso, também devem estar atreladas à política, especialmente porque ele acreditou em uma educação popular voltada para a construção da consciência crítica e para a transformação social.

Freire (1990, p. 45) nos informa que: “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados”. Para tanto, estimulamos durante a vivência das atividades Extensionistas, não somente a aproximação das discussões e estudos com o outro, com outras realidades e contextos educacionais e sociais, como também, estamos fortalecendo as relações transformadoras entre escola, universidade e comunidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. C. **Tendências e implicações da formação continuada para a identidade profissional docente universitária**. In: ANPED SUL, 9., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica** In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Márcia Angela da S. Aguiar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001. – 2.ed. p.17-42.

BASTO, J. B. **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&E/SEPE, 2005. BRANDÃO, C. R. **Educação no Brasil**. Brasília: Abril Cultural/ Brasiliense, 2015. FERNANDES, F. **Nova República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FREIRE, P. **Educação Como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Leitura do Mundo, Leitura da Palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GARCIA, W. E. **Administração educacional em crise**. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MOURA, Dayse Cabral. **Leitura e identidades étnico-raciais: reflexões sobre práticas discursivas na educação de jovens e adultos**, 2010. 298 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PARO, V. H. **Gestão democrática: participação na comunidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: TA- Queiroz Editor, 1990.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 108 p.

UNICEF BRASIL. **Relatório Anual 2021**. Disponível:

<https://www.unicef.org/brazil/relatorio-anual-2021>. Acessado em 10 de out. 2022.